

Em Tese

A PRESENÇA DA (CIÊNCIA) POLÍTICA E SEUS CONCEITOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA NO PNLD 2015

The presence of Political Science and its concepts in the textbooks of Sociology in
PNLD 2015

Guilherme Fernando **SCHNEKENBERG**

Licenciado em Ciências Sociais
Universidade Federal do Paraná, Departamento de Sociologia,
Curitiba, Brasil
gfschnek@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3381-8530> 

Maria Aparecida **BRIDI**

Departamento de Sociologia
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
macbridi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8004-1360> 

Mais informações da obra no final do artigo ●

RESUMO

Neste texto, apresentamos uma análise sobre a abordagem das categorias de Democracia e Cidadania nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2015. A partir dos documentos oficiais e das seis obras didáticas escolhidos por aquele programa, selecionamos conceitos e categorias próprios, mas não restritos, da Ciência Política. Com uma metodologia qualitativa, identificamos como eram tratados nos livros didáticos. A leitura sistemática das obras nos permitiu comparar as abordagens dadas a cada um dos conceitos e categorias elencadas nas peças didáticas. Nesse processo, analisamos, sobretudo, as disciplinas que eram referência para autores e autoras de livros didáticos. A análise sobre a formação dos autores das obras revela que a sua maioria absoluta possui formação em Ciências Sociais, o que expressa uma das condições para que as obras contemplem as três áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Livros Didáticos. Ensino de Ciência Política. Ensino de Sociologia. Conhecimento Escolar. Currículo.

ABSTRACT

In this text, we present an analysis on the approach of the categories Democracy and Citizenship in Sociology textbooks approved by the PNLD 2015. From official documents and the six textbooks chosen by that program, we have selected concepts and categories used by Political Science, but only by that science. With a qualitative methodology, we identified how they were treated in the textbooks. The systematic reading of those books allowed us to compare the approaches given to each of the concepts and categories we choose in the textbooks. In that process, we analyzed, specially, the disciplines which were reference to the writers from the textbooks. The analysis about the courses which one of them took reveals that most of them is graduated in Social Sciences, what expresses one of the conditions for the textbooks to contain all the three areas.

KEYWORDS: Textbooks. Teaching of Political Science. Teaching of Sociology. Scholar knowledge. Curriculum.

1 INTRODUÇÃO

Com a reintrodução do Ensino da Sociologia na terceira etapa da Educação Básica, cresceu a produção de obras didáticas para o trabalho em sala de aula. Aquelas selecionadas pelo PNLD, destinadas aos estudantes da rede pública do ensino, passaram por uma rigorosa avaliação didático-pedagógica, devendo atender aos critérios pré-estabelecidos pelos avaliadores da comissão responsável criada pelo MEC. Uma orientação contida nas diretrizes daquele programa é de que nossa disciplina escolar, embora denominada Sociologia, deveria dar conta das três áreas do conhecimento das Ciências Sociais: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. No âmbito desta pesquisa, nos debruçamos para analisar como uma dessas áreas é tratada nas diferentes obras escolhidas pelo PNLD 2015.

O objetivo do artigo, portanto, consiste em trazer a análise de forma sistemática sobre a Ciência Política, sobre a dimensão da política e seu tratamento nos livros didáticos. O texto que apresentamos aqui é fruto de trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná (SCHNEKENBERG, 2017). Na investigação, foram contempladas as seis peças didáticas de Sociologia aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015¹.

Neste artigo, tratamos da apresentação didática de duas categorias fundamentais: Democracia e Cidadania, bem como a própria Ciência Política enquanto disciplina apresentada naquelas obras didáticas. Dentre as outras categorias que analisamos em cada um dos livros didáticos, optamos por sintetizar nossa análise em torno destas duas (Democracia e Cidadania) devido ao momento político que vivemos, com base na urgência em discutir tais temas na Educação Básica.

Discutimos a metodologia da investigação ao longo deste texto, mas, pontuamos que as abordagens sobre aquelas categorias foram sintetizadas a partir de leituras aprofundadas e sistemáticas dos livros. As categorias – englobadas pela Ciência Política – foram escolhidas a partir da leitura do conjunto dos livros e de documentos oficiais que normatizam/orientam a Sociologia no Ensino Médio. Assim, o cruzamento entre os temas e conceitos que aparecem nas obras e nos documentos orientadores nos permitiu construir uma lista das categorias mais frequentes, que analisaríamos por serem mais ou

¹ Não tratamos do PNLD de 2012, que teve 2 livros aprovados, e, tampouco, a edição de 2018, com 5 livros selecionados.

menos comuns entre as obras e, supostamente, presentes no componente curricular de Sociologia no Ensino Médio.

A questão dos conhecimentos e como eles são tratados pelos diferentes autores em cada uma das peças didáticas é evidenciada quando elegemos quais conteúdos devem estar presentes na disciplina escolar de Sociologia. Tal escolha envolve a função que atribuímos à escola, a potencialidade e os limites para entender o mundo a partir das Ciências Sociais, a visão sobre o sujeito aprendiz, a visão sobre a sociedade, as condições de trabalho docente, entre outras questões, todas relacionadas entre si. Com mais ou menos clareza disso, professores e professoras da Educação Básica fazem escolhas e se fundamentam nessas questões ao traçarem seus planejamentos de ensino.

Nesse processo, ainda, a atividade docente sofre influência de outros movimentos das políticas curriculares, como os livros didáticos, os documentos oficiais, as políticas educacionais e os interesses das comunidades escolares. É sobre um desses aspectos que nós voltamos neste artigo, considerando que o livro didático também tem um potencial indutor sobre a escolha de conteúdos levados ao Ensino Médio (BEZERRA; MEUCCI, 2014). Ainda que, como pudemos constatar, os documentos oficiais orientadores do PNLD elencassem temas, conceitos ou categorias básicas que deveriam aparecer nos livros, eles não podam a autonomia dos autores e autoras em como e em que medida tratar os conteúdos.

A nossa pergunta central ao analisarmos os seis livros didáticos era: como são apresentados os conhecimentos de política em obras didáticas? Afinal, a amplitude das políticas para o livro didático nos faz imaginar que eles devem estar presentes na totalidade das escolas públicas brasileiras, e, até mesmo, nas privadas. Nas mãos do estudante de Ensino Médio, o livro é fonte – senão a única, ao menos, primordial – de leitura, pesquisa, estudo, acesso ao conhecimento sistematizado. Para docentes, este instrumento indica técnicas e metodologias de ensino, e é uma eminente seleção de conteúdos para o componente curricular de Sociologia no Ensino Médio².

A obrigatoriedade desta disciplina, do ano de 2008, e a incorporação do Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) pelo PNLD, do ano de 2011, colocam no PNLD a contemplação dos livros didáticos de Sociologia. Desde então, a primeira edição do programa para o nível Médio aprovou dois livros para o triênio 2012-

² Para mostrar a importância acadêmica já dada ao livro didático, citamos algumas pesquisas já publicadas sobre o conteúdo dos didáticos de Sociologia: Nascimento (2012), Silva S. P. (2014), Carmo E. F. e Nascimento S. C. G. (2015) e Gaedtke, K. M. (2015).

2014, e, para o triênio 2015-2017, outras quatro obras além das duas do triênio anterior. Nossa análise se restringe ao PNLD 2015-2017 devido ao período de desenvolvimento de nossa pesquisa (SCHNEKENBERG, 2017), mas pontuamos, também, o triênio 2018-2020 do programa, no qual cinco livros de Sociologia foram aprovados, sendo nenhum deles era inédito no PNLD.

Se, desde seu surgimento na Educação Básica, os livros didáticos de Sociologia foram fatores importantes na conformação da área disciplinar, hoje, a presença de obras de Sociologia nas escolas também deve ser considerada um fator na circulação do conhecimento das Ciências Sociais. Já entre 1926 e 1942, os “manuais didáticos” fizeram circular conceitos e métodos que influenciaram até mesmo a formação da Sociologia no plano acadêmico, nos cursos superiores criados depois da disciplina escolar (MEUCCI, 2007). No século XXI, a relação entre a disciplina universitária e o componente da Educação Básica não é menos complexa.

No interior desta relação entre saberes, está a divisão das Ciências Sociais, que ganhou mais distinção com a consolidação dos cursos de pós-graduação no Brasil. Os diferentes espaços dados à Sociologia, à Antropologia, à Ciência Política e a outras disciplinas são algumas questões que discutiremos na sequência. Em nossa análise, damos especial atenção à escolha de perspectivas das diferentes disciplinas para abordar os conhecimentos da política, que vêm das Ciências Sociais, da Filosofia, da História etc.

Tais escolhas, marcadas por diferentes visões sobre escola, sujeito, sociedade, também têm impactos na formação básica (SAVIANI, 2003). Consideramos que esta discussão lança luz para o espaço institucional que tem a função de difundir conhecimentos sobre a política, sistematicamente. Mais especificamente, a atenção ao livro didático pode dar algumas pistas sobre como determinados conhecimentos sobre a política estão presentes na Educação Básica, universal segundo a lei brasileira.

Num primeiro momento, neste artigo, abordamos os recortes disciplinares e os conhecimentos selecionados nos documentos oficiais que orientam a disciplina de Sociologia ou normatizam o livro didático. Neste mesmo tópico, de título ‘Recortes e Escolhas nos Documentos Oficiais’, a seleção das categorias da pesquisa será melhor elucidada. No segundo tópico, traçamos uma breve apresentação dos livros analisados, destacando em dois subitens, um sobre a democracia e outro sobre a cidadania, mostrando a abordagem dada às categorias analisadas em cada uma das peças didáticas.

O terceiro tópico, com o título “A (Ciência) Política: nos livros, nos documentos, na pesquisa”, contém a forma pela qual esta área do conhecimento está presente nos seis livros didáticos analisados. Ainda, estas abordagens, ao lado dos recortes feitos pelos documentos oficiais, são colocadas em comparação com a tradição brasileira da disciplina de Ciência Política no plano acadêmico.

Em “Tradições acadêmicas e seleção de conteúdos”, quarto e último tópico anterior às conclusões, identificamos as áreas de formação dos autores e autoras dos livros analisados e questões relativas à seleção de conteúdos, e tratamos dos nexos entre saber escolares e saberes acadêmicos. Finalizamos o artigo retomando a discussão sobre o papel do ensino dos conhecimentos de Política na Educação Básica.

2 OS DOCUMENTOS OFICIAIS E A DIMENSÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA

Importante para pensar o que tem sido o ensino sobre Política no Ensino Médio, a tentativa de identificar quais conteúdos têm sido privilegiados passa pelos planos de trabalho docente, pelos projetos político-pedagógicos, pelos livros didáticos, pelos documentos oficiais e pela forma como os docentes organizam o trabalho e fazem suas escolhas didático-pedagógicas.

Diferente de outros livros didáticos destinados ao mercado em geral, são os documentos oficiais do MEC que orientam o componente curricular de Sociologia no Ensino Médio. Para os livros analisados neste artigo, é o edital do PNLD 2015 (lançado em 2013), que estabelece critérios para a aprovação dos livros. A análise deste edital para cotejar com as obras didáticas é fundamental, visto que ele contempla as indicações mais concretas de uma seleção de conhecimentos e abordagens para as Ciências Sociais na Educação Básica.

Falamos de Ciências Sociais, e não apenas de Sociologia, porque o conhecimento das “outras” duas áreas tiveram percursos paralelos ao da ciência que dá o nome ao componente curricular. De fato, a Antropologia e a Ciência Política se autonomizaram a partir de 1960, com a expansão dos programas de pós-graduação nas instituições de pesquisa e de ensino superior no Brasil (FORJAZ, 1997; PEIRANO, 2000). Ambas as áreas eram, até então, “parte” da Sociologia.

Nos livros didáticos, essa divisão aparece, conforme nossa análise evidenciará sobre a Ciência Política, e, também, no caso da Antropologia. Em artigo de 2013, Amurabi Oliveira escreveu sobre como a Antropologia teria ficado restrita aos capítulos sobre o



conceito de Cultura. Naquele texto, o autor analisou tais capítulos dos dois livros aprovados pelo PNLD 2012 (OLIVEIRA, 2013). Aqui, apresentamos análise de seis peças do PNLD 2015, na qual constatamos que há poucos capítulos dedicados somente a temas mais ligados à Política e pouco espaço dado a ela também nos outros capítulos (SCHNEKENBERG, 2017). Grosso modo, pudemos concluir que, nas obras analisadas, as temáticas comumente mais associadas diretamente à Ciência Política aparecem transversalmente.

Em relação à escola, observamos um determinado sentido na mudança nos recortes disciplinares apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nas Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) e nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM). Cada um a seu modo, estes três documentos trazem a proposta do diálogo entre as áreas das Ciências Humanas. Mesmo sem um propósito de obrigatoriedade, como documentos orientadores, os três reforçam o lugar do saber cotidiano dentro da escola e a necessidade de trabalhar com perspectivas das várias áreas e disciplinas, o que exige mobilizar os conhecimentos do componente de Sociologia.

Não analisamos outros documentos nacionais por não serem tão pontuais em relação aos conteúdos de nosso componente curricular. Por outro lado, também não analisamos documentos estaduais devido à larga extensão do conjunto textual e à curta extensão da influência de cada um deles em um determinado estado e na formação dos autores e autoras. Reconhecemos, entretanto, sua importância, tal como analisado por Mário Bispo dos Santos (2012), para a circulação de conhecimentos e conformação do componente curricular.

Em relação ao recorte disciplinar, a parte IV (referente às Ciências Humanas e suas Tecnologias) dos PCN, de 2000, coloca a Sociologia no mesmo patamar que outros componentes (História, Geografia e Filosofia) e inclui, na disciplina, a Antropologia e os “conhecimentos de Política” (BRASIL, 2000). Desta forma, o documento não elege a Ciência Política como saber central de referência, mas a coloca junto à Filosofia, à Teoria Política, à História, ao Direito, à Economia.

Quanto aos conteúdos que os PCN propõem, podemos sistematizar um conjunto ligado à política: Estado; Política; Relações de poder; Democracia; Movimentos sociais. Como mencionamos, o documento não tem caráter normativo. Portanto, não torna estes conceitos obrigatórios, mas sua apresentação revela uma recorrência de tais conteúdos, além da frutífera possibilidade de seu tratamento em sala de aula. Já as PCN+

apresentam, no lugar de conceitos, alguns temas próximos aos dos PCN: Mudança Social e Cidadania; Política e Relações de Poder; Política e Estado; Política e Movimentos Sociais; Política e Cidadania (BRASIL, 2002). Aqui, também se trata dos conteúdos que aparecem ligados aos conhecimentos da Política.

Nas PCN+, esses elementos ainda não são propostos a partir da Ciência Política. A disciplina aparece, nestas orientações, mas ainda não ganha destaque, sendo a centralidade conferida à Sociologia. São apenas as OCEM que deixam mais definida a presença das Ciências Sociais, dando firmeza à centralidade da Sociologia, e deixando bem pontuada a Ciência Política:

[...] sempre estão presentes nos conteúdos de ensino da Sociologia temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo (quando, muitas vezes no lugar da Sociologia stricto sensu, os professores trazem conteúdos, temas e autores da Ciência Política) e mesmo contrastes com a organização política de sociedades tribais ou simples (quando, então, é a Antropologia que vem ocupar o lugar da Sociologia), ou ainda preocupações com a participação comunitária, com questões sobre partidos políticos e eleições, etc. (BRASIL, 2006, p. 104).

O trecho selecionado também nos mostra os temas da política citados pelo documento. A partir destas orientações, ganham mais notoriedade alguns temas a serem analisados, dando especificidade à Ciência Política

Discordamos da análise de André Rocha Santos (2016), segundo a qual as OCEM representam “um passo atrás” para os conteúdos de Ciência Política – no entanto, nosso motivo é distinto. Para Santos (2016), as OCEM deixam de apresentar a série de conteúdos que os PCN e as PCN+ propunham para a Ciência Política. Em nossa análise, aqueles dois primeiros documentos, com uma lista mais extensa de conhecimentos “da Política”, não fixavam a Ciência Política enquanto saber de referência. As OCEM, em outra direção, elegem a Ciência Política em detrimento de outros conhecimentos da Política. Também, as OCEM não têm a proposta de apresentar este conjunto de conteúdos para a disciplina de Sociologia, o que a colocaria como “um passo atrás” para o conjunto das Ciências Sociais, e não para a Ciência Política em comparação com as outras duas áreas.

É importante pontuar que o Edital do PNL D 2015 tem um caráter normativo. Segundo seus critérios avaliativos, uma peça didática poderia ser reprovada caso não abordasse conceitos como Estado; Poder; Dominação (BRASIL, 2013). Portanto, o próprio Edital é um grande orientador para os autores que escreveram os livros.

Se deixa clara a obrigatoriedade de abordar estes conceitos, o Edital do PNLD 2015 também exige que o livro didático de Sociologia permita “acesso aos fundamentos das três disciplinas que compreendem as Ciências Sociais, quais sejam, Antropologia Cultural, Ciência Política e Sociologia” (BRASIL, 2013, p. 56). Nesse sentido, este documento aceita a presença concomitante das três áreas das Ciências Sociais, a necessidade de serem trabalhadas em conjunto por tratarem de fenômenos indissociáveis.

Mais pontuais na hora de indicar possíveis conteúdos, os documentos estaduais para a disciplina escolar de Sociologia incluem uma série de “conhecimentos da política”. Optamos por fazer uma análise dos documentos nacionais, uma vez que o edital do PNLD previa a distribuição dos livros por todo o Brasil. Todavia, se tomarmos como parâmetro os conhecimentos sistematizados no artigo de Cristiano das Neves Bodart e Gleison Maia Lopes (2017), veremos que os conteúdos indicados nos estados não fogem do escopo dos documentos nacionais.

Além dos documentos, a observação das divisões dos livros permitiu observar quais temas e conceitos estavam mais presentes nas seis obras que seriam analisadas. Assim, construímos uma lista de dez categorias, dentre as quais escolhemos duas para apresentar neste artigo: Democracia e Cidadania (esta, analisada em conjunto com a participação política, visto que se aproximavam essencialmente no conjunto dos livros). Os dois temas trazem a possibilidade da abordagem a partir da Ciência Política, mas aparecem embasados na diversidade de áreas de conhecimento presentes no componente curricular de Sociologia. Em síntese, são bons exemplos do que encontramos em relação ao restante das categorias. Além disso, o momento político vivido pelo país nos obriga a trazer à ordem do dia a discussão a respeito do que ensinamos sobre a Democracia, a Cidadania, a Participação Política e Social nas escolas de Educação Básica.

Além destes conceitos, também trazemos as apresentações da Ciência Política nos livros, tendo em vista a preocupação com os recortes das disciplinas que permeou esta investigação. A leitura sistematizada do texto completo das obras nos trouxe a síntese que apresentaremos no próximo tópico.

3 OLHANDO PARA OS LIVROS DIDÁTICOS



Antes de apresentar as abordagens utilizadas nas obras que analisamos, precisamos situá-las em um contexto histórico. A começar pela distribuição dos livros em todas as escolas públicas brasileiras: incorporando o Ensino Médio, e com programas de compra de material também para a Educação Infantil, o PNLD representa um grande investimento na educação pública. Se constituiu em importante política pública voltada para a educação básica, pelo seu sentido e alcance social.

O PNLD, se de um lado esta política pública possibilitou um avanço importante na educação escolar, por outro, coloca o Estado brasileiro como o maior comprador de obras didáticas no mundo, uma fonte importante de recursos para o mercado editorial em momentos de crise ou de expansão do capital (CASSIANO, 2007). Essa política de financiamento é adotada desde as décadas de 1960-1970, e, com várias reconfigurações, representa orçamento significativo da União. O elemento do financiamento deve ser levado em conta, uma vez que ele influi nas políticas curriculares. Como exemplo fora de nossa área, podemos associar a inclusão do Espanhol como língua estrangeira ensinada na Educação Básica, em parte, fruto dos investimentos das empresas editoriais espanholas.

De fato, isso tem impactos no formato das peças didáticas, aproximando-as da indústria cultural e dando-lhes um aspecto parecido com o das revistas, cheio de caixas de texto, imagens, seções diversas etc. (MEUCCI, 2014, p. 212). Ainda, é preciso admitir que o livro didático faz parte de um momento específico quanto à produção das Ciências Sociais, quanto às funções socialmente conferidas à escola e aos conhecimentos relativos à educação e aprendizagem, visões sobre a juventude etc. Assim, o livro didático de Sociologia vem a fazer um recorte do conhecimento, contendo uma proposta do que seria mais essencial nas Ciências Sociais para a formação básica institucional universalizada.

Uma primeira observação dos livros aprovados no PNLD 2015 permite evidenciar a divisão de espaço dado às diferentes áreas de conhecimento apresentadas. Em quase todos os livros, a política ganha espaço reduzido, e os temas são tratados, em muitos casos, a partir da própria Sociologia. Isso se repete no caso da Antropologia: embora não tenhamos analisado a presença dessa disciplina, corroboramos, em parte, a análise que Amurabi Oliveira fez sobre o capítulo destinado ao conceito de Cultura nos únicos dois

livros didático do PNLD 2012 (OLIVEIRA, 2013)³, considerando, entretanto, que em 2012 entraram no PNLD apenas dois livros.

Uma exceção é o livro *Sociologia Hoje*, que é dividido em três partes, destinando cada uma delas à Sociologia, à Antropologia e à Cultura, e à Política. Como nos outros livros, não é a Ciência Política que tem centralidade, mas um conjunto de perspectivas e temas, os “conhecimentos da política”.

A abordagem diferente das categorias da política em diferentes capítulos também é ponto relevante. Há os capítulos específicos da política, no qual os autores acionam e mobilizam mais os autores da Ciência Política e são identificados como saberes da Política, e os capítulos que se dedicam a outros temas, que tratam conceitos com diferentes perspectivas, com mais ou menos sistematicidade, contextualizados de diferentes maneiras. Isso é feito em diferentes graus em cada livro: ora um uso mais indiscriminado de conceitos, isolando toda sua discussão mais profunda, ora evitando o uso de categorias que não fossem fundamentais à discussão de cada seção.

É importante desnaturalizar esta forma de abordagem. Embora não possamos ignorar a indissociabilidade entre conteúdos diversos, também pode-se incorrer em abordagens mais superficiais de um conceito. A Democracia, por exemplo, é apresentada em diferentes capítulos dos livros. Esse conceito é apontado como um regime político, mas, naqueles capítulos cujo foco não é a política, a Democracia também pode aparecer como sinônimo de convivência pacífica, de igualdade, de distribuição de poder e recursos. O conceito de Cidadania e a Participação Social, além de associadas entre si, são apresentados como ligadas aos direitos e movimentos sociais; em geral, apresentadas nos mesmos capítulos ou unidades. Talvez pudéssemos apontar que o que se ganha com os temas tratados de forma interdisciplinar, corre-se o risco de um tratamento muito ligeiro desses conteúdos.

Feitas as primeiras apresentações sobre os livros, os seis que analisamos são os seguintes:

- *Sociologia*, edição de 2013 da Scipione. Autoras: Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi, Silvia Maria Araújo;
- *Sociologia em Movimento*, edição de 2013 da editora Moderna. De Afrânio Silva e outras 14 autores e autoras;

³ Cabe novos estudos incorporando os livros das edições do PNLD de 2015 e de 2018 no qual foram aprovados uma maior quantidade de livros didáticos.

- Sociologia Hoje, edição de 2013 da editora Ática. Autores: Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim, Igor José de Renó;
- Sociologia para Jovens do Século XXI, edição de 2013 da editora Imperial Novo Milênio. Autores: Luiz Fernandes Oliveira, Ricardo César Rocha da Costa;
- Sociologia para o Ensino Médio, edição de 2013 da editora Saraiva. Autor: Nelson Dacio Tomazi;
- Tempos Modernos, Tempos de Sociologia, edição de 2013 da Editora do Brasil. De Helena Bomeny e outras três autoras.

Como essas obras apresentam o tema da democracia e da cidadania? Esta é a questão que buscamos analisar na sequência.

3.1 Abordagens sobre a Democracia nos Livros Didáticos

Em quatro dos livros didáticos, a democracia aparece como regime político (ARAÚJO et al., 2013; SILVA et al., 2013; TOMAZI, 2013; BOMENY, 2013), e como sistema num quinto livro (COSTA; OLIVEIRA, 2013). O sexto livro, Sociologia para o Ensino Médio, não categoriza dessa forma, mas também pontua suas características institucionais, e acaba dando mais centralidade à criação de direitos e o dissenso (TOMAZI, 2013). Os aspectos institucionais da democracia ganham mais espaço nos livros Sociologia em Movimento, Sociologia Hoje e Sociologia para o Ensino Médio (SILVA et al., 2013; AMORIM et al., 2013; COSTA et al., 2013; TOMAZI, 2013).

Pontuamos a questão da institucionalidade porque é ela que marca o debate na Ciência Política. Conforme Renato Lessa (2010), a Ciência Política norte-americana foi o modelo que mais influenciou a área no Brasil. Assim, estava colocada para o debate brasileiro a questão da democracia – não como objeto empírico, dado o regime autoritário pelo qual se organizava o Brasil. A democracia passava a ser um objetivo, uma forma de superação, para uma Ciência Política que deveria estudar o autoritarismo (LESSA, 2010).

Desta forma, a ditadura militar (1964-1985) marca a Ciência Política por dois caminhos: um primeiro, pelo investimento governamental na expansão da pós-graduação, que permitiu a conformação da área. Além disso,

Não se trata apenas de estudos monográficos a respeito daquela modalidade específica de autoritarismo, mas da incorporação mais ampla de um fenômeno pelo qual o Estado ganha primazia sobre a dinâmica

social. Isso implicará tanto pesquisa de caráter pontual e descritivo como investigação comparada mais ambiciosa e projetos de reelaboração teórica e conceitual (LESSA, 2010, p. 42).

Apesar da importância dessa temática à história do país, às Ciências Sociais e, tão especificamente, à Ciência Política, nenhum dos livros dá maiores atenção ao momento pré-64. Este exemplo da autonomia do objeto da disciplina (KEINERT; SILVA, 2010) é deixado de lado nas obras analisadas. Por outro lado, o sentido normativo que a área teria ganhado em relação à democracia como superação encontra confluência com a apresentação das demandas e impactos dos movimentos sociais que atuaram contra a ditadura de 1964. Assim, encontramos, em todos os livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015, um exemplo da abordagem sobre os aspectos institucionais da democracia.

O enfoque institucional tem mais destaque em Sociologia Hoje, quando os autores oferecem uma discussão sobre elementos institucionais para que regimes sejam considerados mais ou menos democráticos (AMORIM, et al., 2013). Nos outros livros, ganha mais espaço questões como o acesso a direitos, a igualdade, a liberdade, a ampla participação, repetindo aquilo que aparece nos capítulos que não tem a democracia ou a política como temas centrais. Em resumo, mesmo quando se trata especificamente da democracia, as abordagens não dão centralidade aos aspectos estritamente institucionais da democracia (ARAÚJO et al., 2013; SILVA et al., 2013; AMORIM et al., 2013; COSTA et al, 2013; TOMAZI, 2013).

Assim, quando os livros abordam a democracia a partir da soberania do povo, da participação política, da distribuição de poder, dos direitos, dão espaço importante à Teoria Política. Esta perspectiva está presente através da apresentação das primeiras correntes de pensamento que pensaram a política no surgimento do capitalismo, ou dos estudos mais recentes e concretos. Aqui, nesta última forma, os conteúdos mais próximos da Ciência Política recente ganham espaço, sem que a Teoria Política perca certo privilégio.

Pontualmente, no quadro a seguir, podemos observar em detalhes as abordagens apresentadas nas obras analisadas.

Quadro 1 – Conceitos e noções da democracia nos livros didáticos: PNLD 2015

Livro	Abordagens (citações e análise dos conteúdos)
Sociologia	- “um regime político em que o poder é legítimo por se originar do povo e se apoiar nele” (p. 191), uma marca específica dos Estados modernos; - Associada à participação política;

Livro	Abordagens (citações e análise dos conteúdos)
	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta noções de democracia representativa.
Sociologia em Movimento	<ul style="list-style-type: none"> - “um regime político que supõe o governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município. Logo, a ideia de iniciativa popular vai de encontro a um Estado controlado por um rei (autocracia) ou ainda por um grupo restrito (aristocracia ou oligarquia)” (p. 167). O livro apresenta os conceitos de democracia direta, a representativa, a participativa, e diferentes perspectivas sobre a democracia a partir de Hobbes, Locke, Rousseau, Marx e Engels, teoria democrática moderna, pluralismo, elitismo; - Aparece, ainda, como construção da igualdade, como a convivência tolerante e valorizadora das diferenças, de acesso aos recursos existentes etc.
Sociologia Hoje	<ul style="list-style-type: none"> - Características mínimas de uma democracia: ter chefe de governo eleito pelo voto (direto ou indireto); membros do poder legislativo eleitos pelo povo; existência de mais de um partido com permissão para disputar “eleições limpas” (p. 218); - Sobre a democracia no Brasil, ela é apresentada a partir dos partidos políticos; - A democracia brasileira seria mais parecida com outras do que possa parecer.
Sociologia para Jovens do Século XXI	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição do poder a mais de uma pessoa (ou grupo); - Sistema onde “os governantes são eleitos pelo povo para administrar o Estado, uma importante instituição social presente com muita força em nossa sociedade”. - Distribuição igual de direitos. - Apresentação de noções sobre democracia participativa, democracia direta, democracia representativa, democracia liberal.
Sociologia para o Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> - “Democracia é a criação contínua de novos direitos, a existência de dissenso”, conforme Claude Lefort, (p. 148); - Associa democracia e existência dos direitos, e apresenta algumas das características da democracia: eleições limpas e competitivas; direito de voto; liberdades civis e direitos políticos; controle efetivo das instituições legais, de segurança e repressão (cf. Schumpeter, Sartori, Robert Dahl, Przeworski, e O’Donnel).
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> - É apresentada a partir das contribuições de Alexis Tocqueville, e como espaço de participação e conquista. A definição é a de um regime que trata homens e mulheres com igualdade, combinando liberdade e participação de todos; - O livro apresenta a noção de ondas democráticas, do cientista político Samuel Huntington, que trata a formação de Estados nacionais como a primeira destas ondas. Os movimentos contemporâneos em países governados por ditaduras seriam, também, ondas democráticas. Ainda, quanto ao caso brasileiro, as autoras apresentam alguns elementos históricos do caso brasileiro.

FONTE: AMORIM et al. (2013), ARAÚJO et al. (2013), BOMENY et al. (2013), COSTA e OLIVEIRA (2013), SILVA et al. (2013), TOMAZI (2013). Adaptado de SCHNEKENBERG (2017).

3.2 Abordagens sobre a Cidadania nos Livros Didáticos

As obras analisadas abordam a cidadania a partir de duas ênfases: o acesso a direitos (e deveres) e o pertencimento a uma comunidade. Em pelo menos cinco dos livros, quando a cidadania é reconhecida, o membro dele tem acesso aos direitos presentes na sociedade. Um outro livro, *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, menciona o usufruto de benefícios e ganhos produzidos por uma sociedade, em abordagem próxima à dos direitos, ainda que usando outros termos (AMORIM et al., 2013; ARAÚJO et al., 2013; COSTA et al., 2013; SILVA et al., 2013; TOMAZI et al., 2013).

A cidadania é uma das categorias que aparecem nos livros didáticos com forte recurso a áreas que não as das Ciências Sociais em seu sentido estrito. Se o aspecto social é bastante utilizado, a cronologia e a história ganham espaço quando o tema é cidadania.

A história dos direitos mobilizada para falar de cidadania é exemplo visível da presença da abordagem cronológica nas obras de Sociologia do PNLD 2015. A esquematização de Thomas Marshall aparece em todos os seis livros, com mais ou menos destaque. Nesta contribuição, as obras dão conta de apresentar dimensões sociais (sociologicamente) com a forte marca de uma história da cidadania, a partir da proposta de um autor reconhecido na Sociologia.

Em dois dos livros analisados, a abordagem histórica ganha centralidade. Em *Sociologia para Jovens do Século XXI* e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, autores e autoras optam pelo recurso a elementos cronológicos da política no Brasil (COSTA; OLIVEIRA, 2013; BOMENY et al., 2013). O aspecto institucional abordado não aponta para a Ciência Política, por não se tratar da política institucional como objeto central que ordena a reflexão. Também, a História não poderia ser considerada o saber eleito quando a categoria de tempo, tampouco é o elemento central na explicação.

É importante marcar que, em alguns trechos, a cidadania aparece de maneira bastante formal. Esta abordagem aparece, por exemplo, quando a categoria vem acompanhada da ideia de direitos e deveres, e na própria ideia de pertencimento. Tal marca de formalidade na cidadania já tinha sido apontada por Ana Martina Baron Engerroff (2015), que falou da marca jurídica do conceito, e, até mesmo, de uma certa prescrição da cidadania.

A cidadania regulada é outro conceito interessante para entender o uso de diferentes abordagens nas obras didáticas de Sociologia. Essa discussão aparece em quatro dos livros (Sociologia; Sociologia em Movimento; Sociologia para Jovens do Século XXI; Tempos Modernos, Tempos de Sociologia), e coloca a instituição estatal no papel de conceder direitos e reconhecer o *status* do cidadão. A noção conjuga aspectos sociais e institucionais, apresentando uma análise rica da realidade brasileira, sendo, assim, discussão fundamental do ponto de vista das ciências de referência e do ponto de vista da realidade de alunos e alunas.

Outra noção em que a cidadania ganha mais concretude é quando vem próxima ou associada à ideia de participação social. Quando tratada de forma distinta, que é o caso de dois dentre os livros que analisamos, a participação aparece pela atuação nos movimentos sociais e pela possibilidade de participar de processos decisórios do Estado. Ainda assim, a relação da população com as instituições não ganha o destaque que poderia atingir pensando a produção científica que olha para o comportamento político.

No quadro 2 podemos visualizar os elementos que apresentamos acima, de modo sistematizado, das noções de cidadania e participação social:

Quadro 2 – Noções e temas de Cidadania e Participação nos Livros Didáticos aprovados no PNDL 2015

Livro	Abordagens (citações e análise de conteúdos)
Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadania marcada: pela presença de direitos; pela participação social; e com a participação do Estado. As autoras trazem discussões sobre cidadania e trabalho, a distinção entre público e privado, a cidadania regulada (conforme o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos), a integridade dos direitos civis, políticos e sociais (conforme Thomas Humphrey Marshall); - “Cidadania implica vencer os diferentes problemas sociais por meio da participação política” (p. 179); - As autoras discutem, ainda, o afastamento da população brasileira da participação, e a importância da cidadania nas lutas pela educação.
Sociologia em Movimento	<ul style="list-style-type: none"> - Não traz definição pontual de cidadania. A cidadania é definida nos termos da conquista de direitos, e dos movimentos sociais. Os autores trazem as discussões sobre a cidadania regulada (conforme o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos), a conceituação de cidadão de T. H. Marshall como aquele que exerce seus direitos (civis, políticos e sociais) de forma efetiva; - A participação não tem destaque em relação à cidadania; - Aparecem, ainda, o pertencimento a uma sociedade como noção de cidadania, a contraposição entre cidadania e consumo- cidade como espaço privilegiado à participação social.
Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> - A condição de ser reconhecido como membro de um grupo político, tendo

Livro	Abordagens (citações e análise de conteúdos)
Hoje	<p>acesso aos direitos e deveres (citação de T. H. Marshall);</p> <ul style="list-style-type: none"> - A possibilidade de participar, com igualdade, das discussões políticas, da riqueza da sociedade e dos valores que a sustentam; - Plenitude da cidadania apenas quando dotada dos três tipos de direitos categorizados por T. H. Marshall (civis, políticos e sociais); - Tematiza as lutas pela cidadania no Brasil, colocando como avanço mais notável em nossa história a abolição da escravatura; - Associação entre a participação da população e a prosperidade das regiões.
Sociologia para Jovens do Século XXI	<ul style="list-style-type: none"> - Algumas noções de cidadania que aparecem são: o gozo dos direitos civis e políticos de um Estado; a história a partir da conquista de direitos; cidadania regulada; cidadania política como direito a eleger representantes, mas também a participar mais ativamente das decisões políticas; - Quanto ao caso brasileiro, os autores lembram da cidadania cassada pela ditadura militar, recuperada pelo Constituição de 88 por atender a reivindicações dos movimentos sociais, e ainda marcam o fim de sua possibilidade (a partir das políticas neoliberais) nos marcos do capitalismo; - Os autores discutem o papel das revoluções inglesa, americana e francesa (constituição dos direitos universais); o socialismo como alternativa para uma cidadania de todos; - A participação aparece marcada pela atuação dos movimentos sociais, e outro exemplo de participação aparece nos modelos de gestão participativa (PT na prefeitura de Porto Alegre);
Sociologia para o Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Sem definição explícita, a cidadania aparece como um <i>status</i> concedido aos membros de uma comunidade. “Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status” (p. 189); - Se define em relação ao pertencimento e acesso aos direitos; - Alguns temas que aparecem são: a cidadania regulada (conforme o sociólogo brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos); a participação do Estado; e a participação em relação com os movimentos sociais.
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> - As autoras citam Elisa Reis: [a cidadania] “nos remete à ideia de inclusão[...] Ser cidadão é estar dentro de um processo, usufruir de um conjunto de benefícios, participar dos ganhos que uma sociedade produziu, sejam eles políticos, sociais, ou econômicos” (p. 305). - O livro tematiza, ainda, a cidadania regulada, e a ideia de Florestania (participação social pensando o mundo na totalidade e preocupada com o meio ambiente); - A participação não é tratada distintivamente da cidadania.

FONTE: AMORIM et al. (2013), ARAÚJO et al. (2013), BOMENY et al. (2013), COSTA e OLIVEIRA (2013), SILVA et al. (2013), TOMAZI (2013). Adaptado de SCHNEKENBERG (2017).

4 A CIÊNCIA POLÍTICA: NOS LIVROS, NOS DOCUMENTOS, NA PESQUISA

Até aqui, admitimos a institucionalidade como o que qualifica o objeto central da Ciência Política, na tentativa de compreender os recortes de abordagens usadas nos livros do Ensino Médio. Como aparece a Ciência Política nas obras analisadas? Além de responder esta questão, trazemos alguns dos elementos da conformação da disciplina acadêmica, refletindo suas possibilidades na Educação Básica.

É preciso lembrar que dividimos aqui, a Ciência Política (institucionalista, empiricista e quantitativista) das outras áreas de “conhecimentos da Política”. Por isso, discordamos da análise de alguns autores, que postulam a presença da Ciência Política, mas estão falando de métodos, objetos e conceitos de maneira mais ampla (MAGALHÃES, 2012). Jesus Pereira (2015), por exemplo, coloca a cidadania como exemplo de tema da Ciência Política – entretanto, os estudos mais visados da área dão atenção à política institucional, e não à participação social. Então, em primeiro lugar, é necessário esclarecer quais têm sido as fronteiras disciplinares para pensarmos como cada disciplina se apresenta no Ensino Médio.

Conforme afirmado por Fabiana Valmore (2016), os objetos de estudo que compõem o *mainstream* da disciplina giram em torno das instituições políticas. Esta pesquisadora apontou, em seu trabalho de conclusão de curso de graduação, que cientistas políticos editores e editoras dos periódicos científicos mais bem avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES) fazem esta constatação da institucionalidade como objeto central em sua área – por vezes, num tom crítico (VALMORE, 2016).

Outras contribuições fazem apontamentos parecidos. Renato Lessa (2010) destaca alguns objetos mais próximos ligados à institucionalidade, como o Estado, os regimes políticos e a democracia. As pesquisas de 1993 a 2013, pelo menos, demonstram ênfase às instituições políticas, conforme a pesquisa de Jairo Nicolau e Lilian Oliveira sobre os artigos acadêmicos da área do período entre 1966 e 2013 (NICOLAU; OLIVEIRA, 2014).

Como assinalamos anteriormente, a conformação da Ciência Política e a autonomização de seu objeto brasileira ocorre após a expansão dos programas de pós-graduação. É a partir disso que, no quadro abaixo, recuperamos a apresentação dessa disciplina – que, segundo o edital do PNL D 2015 – ela deveria estar presente em todas as obras aprovadas.

Quadro 3 – A forma da disciplina de Ciência Política nos Livros Didáticos do PNLD 2015

Livro	Apresentação da Ciência Política	
Sociologia	Recorte disciplinar	<p>Dá centralidade à abordagem sociológica em seus capítulos, mas pontua a Ciência Política (bem como a Antropologia) desde a apresentação. A opção dessa forma de tratar as áreas é opção das autoras, que compreende a indissociabilidade em tratar certos temas.</p> <p>A divisão do livro reserva dois, entre onze capítulos, para tratar especificamente dos conteúdos de política, onde insere a Ciência Política mais significativamente.</p>
	Apresentação da disciplina	<p>A Ciência Política preocupa-se com os fenômenos relacionados ao poder e de natureza política, sobretudo, com o Estado, suas formas, regimes políticos e instituições (que guardam relação com justiça, direito e cidadania).</p>
Sociologia em Movimento	Recorte disciplinar	<p>Dá centralidade à abordagem sociológica em seus capítulos, mas aponta a Ciência Política (bem como a Antropologia) desde o primeiro capítulo.</p> <p>Dentre as seis unidades, uma delas contém as temáticas e conceitos da Política, onde se insere mais evidentemente a Ciência Política.</p>
	Apresentação da disciplina	<p>A Ciência Política estuda as relações de poder, as instituições e atividades relativas ao Estado (a política, específica do comportamento humano e diferente dos outros fenômenos sociais).</p>
Sociologia Hoje	Recorte disciplinar	<p>A proposta é incluir a Antropologia e a Ciência Política, apresentando uma disciplina que leva em conta as Ciências Sociais como um todo.</p> <p>As três áreas ganham espaço equitativo no livro, na forma de três unidades (Cultura; Sociedade; Poder e Cidadania) que têm cinco capítulos cada. A unidade que contempla a Ciência Política não exclui a Sociologia, a História, a Filosofia, mas dá concretude àquela área disciplinar.</p>
	Apresentação da disciplina	<p>A política, o poder e o Estado aparecem como conceitos/objetos fundamentais da Ciência Política, que “ajuda a entender como funcionam o governo, as leis, os partidos, e tudo aquilo que influencia ou regulamenta a vida de cidadãos” (p. 210), como os movimentos sociais e a relação entre a sociedade e o Estado.</p>
Sociologia para Jovens do Século XXI	Recorte disciplinar	<p>Dá centralidade à abordagem sociológica e aborda a Ciência Política muito pontualmente.</p>
	Apresentação da disciplina	<p>Não define a área da Ciência Política, nem apresenta objeto ou abordagens como específicas à disciplina.</p>
Sociologia para o Ensino Médio	Recorte disciplinar	<p>Propõe a apresentação da Sociologia, especificamente, e, no capítulo introdutório, inclui a Ciência Política e a Antropologia no bojo de outras ciências humanas (como a Economia e a História). Uma marca muito forte neste livro é a perspectiva histórica (ou cronológica), usada como norteadora de vários capítulos.</p>
	Apresentação da disciplina	<p>Não define a área da Ciência Política, nem apresenta objeto ou abordagens específicas à disciplina.</p>

Livro	Apresentação da Ciência Política	
	disciplina	
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Recorte disciplinar	A primeira parte do livro reserva um capítulo para a apresentação de cada uma das três áreas das Ciências Sociais. O restante do livro reserva mais capítulos às temáticas tratadas estreita e especificamente numa abordagem sociológica, tendo poucas interfaces com a Ciência Política.
	Apresentação da disciplina	A Ciência Política se interessa pelo poder, exercido de diferentes formas, expressando-se na sua relação entre a sociedade, nas suas instituições de manutenção e nas criadas para proteger os cidadãos.

FONTE: AMORIM et al. (2013), ARAÚJO et al. (2013), BOMENY et al. (2013), COSTA e OLIVEIRA (2013), SILVA et al. (2013), TOMAZI (2013). Adaptado de SCHNEKENBERG (2017).

Dos livros, conforme nossa análise, quatro dão centralidade à abordagem sociológica (AMORIM et al., 2013; ARAÚJO et al., 2013; BOMENY et al., 2013; SILVA et al., 2013). Os outros dois dão espaço significativo aos elementos cronológicos/históricos, o que é mais forte no livro Sociologia para o Ensino Médio (COSTA; OLIVEIRA, 2013; TOMAZI, 2013). Este último constitui como que uma história social, política, econômica e cultural contemporânea, tornando nebulosa a especificidade da Sociologia, e ainda menos presente a perspectiva de uma Ciência Política.

Os livros, conforme suas edições de 2013, não apresentavam informações sobre a consolidação da disciplina na segunda metade do século XX. Fato é que a área disputa, em seus recortes epistemológicos, com a Sociologia Política, além da Teoria Política, da Filosofia, da História. Porém, se a Ciência Política tem uma especificidade científica, é de se pensar que ela tem uma contribuição a prestar à formação básica universal.

Nos livros didáticos, os temas da política são tratados sob um conjunto amplo de perspectivas. Em parte, isso constitui a riqueza do saber escolar. Ainda, essa integração entre saberes carece de sistematização para o acesso aos conhecimentos científicos sobre os fenômenos sociais. Consideramos, contudo, que para que essa apreensão seja desenvolvida pelos estudantes do Ensino Médio, é fundamental repensar estas divisões e refletir sobre a seleção e a produção dos conhecimentos da Ciência Política levados à escola.

Muitas vezes, encontramos pontos de contato com a Ciência Política nos livros didáticos quando estes apresentam a institucionalidade da política. Entretanto, essa abordagem não conforma uma abordagem holística que integra aquela disciplina e outras mobilizadas. Ao contrário, encontramos passagens descritivas que não encaminham a uma apropriação criativa do método da Ciência Política, enquanto já há maiores avanços

no caso da Sociologia. Arriscamos afirmar que isto talvez se deva à menor ênfase ou mesmo interesse dos cientistas políticos nas universidades pela licenciatura.

A seguir, analisamos as divisões entre as três tradições das Ciências Sociais e como elas influenciam a produção de livros didáticos.

5 TRADIÇÕES ACADÊMICAS E SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

A história da disciplina é um elemento fundamental para relacionarmos com a ausência de uma Ciência Política mais sistemática nos livros didáticos, e na escola de modo geral. Sabe-se que vários intelectuais e agências de pesquisa desta disciplina emergente receberam investimentos de organizações norte-americanas. Notadamente, a Fundação Ford investiu para influenciar a estratégia de desenvolvimento no Brasil (FORJAZ, 1997) e para evitar a influência da esquerda na América Latina (KEINERT; SILVA, 2010).

Outra questão da conformação da área é a do modelo formativo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no qual a Ciência Política se afastou da Sociologia e da Filosofia e se aproximou da Economia e das Ciências Sociais Aplicadas. O Departamento da UFMG não formava docentes para a Educação Básica: em seus bancos escolares estava uma elite que seguiria carreira acadêmica ou política (FORJAZ, 1997). Lá, o afastamento da Sociologia europeia deu espaço para o contato com a Ciência Política norte-americana.

Assim, a Ciência Política brasileira recepcionou abertamente o modelo estadunidense, por sua vez, consolidado em um período de macarthismo que deu um recorte específico à área. Este é um ponto chave de sua falta nos livros didáticos: o fraco envolvimento com a Educação, com os outros aspectos indissociáveis na realidade, com a transformação societal não dão grandes possibilidades a seus saberes na Educação Básica.

Antes de 1960, a Antropologia era praticada e estudada como um braço da Sociologia (PEIRANO, 2000). Do mesmo modo que a Ciência Política, então, sua tradição também é formada pelas produções anteriores. Com a expansão dos programas de pós-graduação, as duas áreas ganharam mais autonomia. Ainda assim, a formação na maioria dos cursos de graduação ainda é nas três disciplinas, com diferentes ênfases e possibilidades de curso. De maneira geral, é na pós-graduação que estudantes se especializam em uma ou outra área. Uma pergunta que também buscamos responder foi

identificar quem é esse autor dos livros didáticos, em relação a sua formação. De quais áreas e o nível de formação dos autores dos seis livros didáticos podem ser visualizado no quadro a seguir. Isto nos permite observar algumas pistas sobre o caminho que foi percorrido pelas autoras e autores dos livros didáticos que analisamos:

Quadro 4 – Formação dos autores e autoras dos livros do PNLD 2015

Área de Formação	Graduação (*)	Mestrado	Doutorado
Ciências Sociais	28	4	4
Sociologia	1	5	3
Mestrado Profissional em Sociologia	-	1	-
Sociologia e Antropologia	-	4	1
Sociologia (com concentração em Antropologia)	-	1	-
Antropologia Social	-	1	1
Antropologia	-	1	-
Ciência Política	-	4	1
Relações Internacionais	-	2	-
Educação	-	-	2
História	5	4	2
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	-	2	-
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	-	-	1
Direito	1	-	1
Ciência da Comunicação	-	-	1
História e Teoria da Arte e da Arquitetura	-	-	1
Artes Visuais	-	1	-
Filosofia	-	1	-
Planejamento Urbano e Regional	-	1	-
Autores e autoras formados em cada nível do Ensino Superior (**)	31 (*)	31	18

FONTE: currículos de autores e autoras disponíveis na plataforma lattes, consideradas suas formações até o ano de 2013. Adaptado de SCHNEKENBERG (2017).⁴

Uma primeira observação sobre os dados acima é que a maioria absoluta dos autores e autoras são graduadas nas Ciências Sociais. Da totalidade, duas autoras são graduadas apenas em História, um autor é graduado em Sociologia (pela *Università degli Studi Roma Ter*). Quanto ao restante, todos e todas das quais se tinha informação tinham a graduação em Ciências Sociais.

Em relação aos níveis de pós-graduação, 31 dos autores e autoras informaram em seus currículos da plataforma Lattes que tinham concluído o mestrado, e mais de 50%

⁴ NOTAS: (*) O currículo de uma das autoras de Sociologia em Movimento não trazia informação sobre sua graduação, conforme consulta à plataforma lattes no dia 01 de junho de 2017. (**) Os totais não se referem a soma automática dos dados anteriores. Alguns autores e autoras têm mais de um curso de graduação ou pós-graduação.

possuíam doutorado (18). É importante apontar que o número de autores e autoras sem doutorado é concentrado em um dos livros didáticos, *Sociologia em Movimento*, que foi escrito por docentes do Colégio Pedro II. Além disso, a atuação da maioria dos escritores e escritoras dos outros cinco livros é no Ensino Superior⁵. Assim, a circulação de conhecimentos das Ciências Sociais nos livros didáticos é promovida por profissionais que têm circulação no plano acadêmico.

O quadro mostra um número maior de passagens pela Sociologia, em nível de pós-graduação, em comparação com as outras áreas. Há um número aproximado quando olhamos a Ciência Política (e as Relações Internacionais) e a Antropologia. Além disso, há um número expressivo de autores e autoras com formação em História, considerando os três níveis de formação, que escreveram as obras aprovadas no PNLD 2015. Essas informações ainda são restritas para fazer afirmações mais definitivas, mas, na forma de números, são dados análogos à presença quando se compara Sociologia e História. A mesma comparação não poderia ser feita entre a História e as “outras duas” áreas das Ciências Sociais (Antropologia e Ciência Política), visto que estas não aparecem tanto quanto a cronologia das questões sociais (e as institucionais e simbólicas). Reiteramos que é apressado fazer tal correlação, mesmo sendo um dado que salta aos olhos. Destacamos, contudo, que a maioria dos autores com formação em Ciências Sociais, ou seja, cursos que integram as três áreas é o que deu suporte para a escrita das obras didáticas.

O período em que esse grupo de autores e autoras iniciou e concluiu a graduação está compreendido em cinco décadas. Ainda, os cursos contidos no quadro que apresentamos fazem parte de nove instituições de ensino superior. Há uma variedade grande de formatos curriculares que estiveram presentes na formação desses 32 autores e autoras. A amplitude temporal e espacial dessa formação torna essa relação muito mais complexa, e, se não podemos tirar conclusões apressadas, também é verdade que esse fator pode ajudar a explicar as escolhas concretizadas nos livros didáticos.

Entendemos que, além da formação, há outros elementos que influenciam as escolhas visíveis nos livros didáticos: os documentos oficiais (alguns dos quais falamos), avaliações em larga escala e provas de acesso ao ensino superior, entre outros. Estes, junto aos livros didáticos, agenciam a construção do currículo em sala de aula. Todos

⁵ Cf. consulta realizada na plataforma lattes, no dia 01 de junho de 2017.

esses processos envolvem escolhas, uma valorização de alguns conhecimentos em detrimento de outros, que têm seus fundamentos, visíveis ou não.

Como afirmado anteriormente, visões de sociedade, de escola, de sujeito, de infância/juventude, de formação do ser humano, de epistemologia e ciência (SAVIANI, 2003), de relevância dos conhecimentos científicos, a proximidade com as áreas disciplinares e uma perspectiva determinada sobre as ciências de referência são algumas das questões que amparam escolhas curriculares. Se carecemos de pesquisas que investiguem como elas influenciam os planos de trabalho de professores e professoras, ao menos, as indicamos como possíveis elementos explicativos das abordagens encontradas nas obras analisadas.

Enfim, o conteúdo do livro didático representa uma sistematização das ciências de referência, uma conversão em saber escolar. O livro não é a síntese do que é o saber escolar, mas se propõe a ser um de seus instrumentos. Se o saber escolar representa a organização do conhecimento, em relação com alunos e alunas de carne e osso, é necessário retomar a atenção para a atualização e a conformidade com o conhecimento produzido nas Ciências Sociais como um todo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Categorias fundamentais no debate nacional contemporâneo, a Democracia e a Cidadania já tiveram espaço na produção de conhecimento das Ciências Sociais. Sendo indispensáveis às sociedades modernas, as duas foram colocadas em suspeição, mesmo que uma mais nomeadamente que a outra. Devido aos riscos que corremos em relação a como as duas categorias têm sido operadas na realidade, é preciso irmos às raízes de como tratamos estes dois conceitos.

É nesse sentido que sistematizamos essa análise: as abordagens encontradas nos livros, ora mais focadas em aspectos institucionais, ora na questão social, ou, mesmo, sua cronologia, sua normatividade, são fontes ricas para a formação básica universal. Nesse sentido, frisamos a importância das Ciências Sociais, como ferramenta de compreensão do mundo que deve estar disponível a todos e todas as brasileiras. Mesmo que não representem a totalidade dos fatores envolvidos quando se trata do conteúdo que tem se feito presente em nossa disciplina, a investigação dos livros didáticos se revela como um dos índices importantes. Além disso, estas obras também são um instrumento

articulador de sentidos e fonte de repertórios de metodologias de ensino e de conteúdo para o avanço do ensino de Sociologia/Ciências Sociais no Ensino Médio.

Para tanto, é necessário que se valorize o que já foi pensado para o Ensino Médio, e que se vá ainda além. A centralidade das abordagens no caso das duas categorias que analisamos passa antes pela Sociologia, e divide espaço com a História. Colocar estes conhecimentos e perspectivas em integração com a Ciência Política exige o recurso às várias possibilidades que têm sido pensadas. Como mencionamos, há diversos pontos que poderiam ser mobilizados para explicar este formato. As visões de mundo que fundamentam as seleções de conteúdo, a formação de autores, a tradição da área etc. A formação da área se revela um fator importante, uma vez que ela não permite a capilaridade própria da Educação Básica. Mesmo que os documentos oficiais proponham a interdisciplinaridade, é próprio das ciências modernas a especificidade de seu objeto. Em alguns casos, essa especificidade se torna tão alta, tão distinguida dos outros aspectos, que um trabalho em diversidade de perspectivas se torna infrutífero. Nesse sentido, a institucionalidade, marca do objeto de uma disciplina específica, não pode ser levada ao Ensino Médio se não estiver integrada aos outros aspectos de explicação dos fenômenos sociais.

Outro ponto básico de certas ausências dos “conhecimentos da Política” e da Ciência Política estrita em nosso componente curricular vem do envolvimento do saber acadêmico com o saber escolar. Ou seja, ainda estão nos primórdios as iniciativas que relacionam Educação e Ciência Política. Há alguns pontos fundamentais a serem mencionados, como a própria análise da Escola e da Educação feitas pelas Ciências Sociais, particularmente pela Ciência Política. Em grande peso, é no campo da Educação que esses estudos têm sido feitos. Se a Sociologia pode abrir mais espaço para pensar a Educação, a Ciência Política tem ainda mais questões que estão a serem explicadas. Em outro aspecto, a reflexão sobre que conteúdos e métodos da Ciência Política (e dos conhecimentos da Política) é tarefa que precisa ser incorporada pela disciplina.

Ainda assim, entendemos que há conhecimentos importantes da área que poderiam ser melhor aproveitados. Nestes tempos, precisaremos desta coragem para mobilizar os conceitos das Ciências Sociais e estabelecermos relações com a prática de alunos e alunas. Além da riqueza da produção científica de nossa área para compreender (e valorizar) a democracia, pensá-la como objetivo da escola é fundamental para atingirmos e garantirmos avanços civilizatórios. Ter a democracia e a cidadania como conteúdos escolares, então, é construir uma escola reflexiva. A presença destes



conhecimentos permite a alunos e alunas que pensem sobre os processos políticos que estão vivendo, com acesso ao conhecimento científico garantido pela Sociologia, e também por outras disciplinas escolares.

Ao contrário do que, por vezes, se propaga na mídia e em discursos do legislativo, não existe um único ponto de vista sendo transmitido pelos livros didáticos. Como constatamos em nossa análise, as obras se propõem a apresentar as contradições e os diferentes embates históricos de um ponto de vista analítico e da defesa da participação social para a construção da sociedade. Assim, os livros didáticos valorizam a diversidade na apresentação histórico-científica da democracia e da cidadania. Nesse sentido, nada mais há que celebrarmos e avançarmos na apresentação destes debates com o aporte científico da área das Ciências Sociais.

Afinal, se Sociologia, Ciência Política e Antropologia têm uma razão de existir, que é produzir conhecimento sobre a sociedade, essa razão encontra um de seus principais destinos na escola. A Educação Básica é a institucionalização da formação de todos os seres humanos – no nosso caso, dos brasileiros e brasileiras que têm direito à riqueza de conteúdos artísticos, filosóficos e científicos, bem como a valorização da democracia, que passa, entre outras coisas, por uma compreensão aprofundada deste regime/valor e da participação nele.

REFERÊNCIAS

Referências Documentais

Livros Didáticos:

AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de; MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia Hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

ARAÚJO, Silvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013.

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos: Tempos de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

COSTA, Ricardo César Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2013.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.



Documentos Oficiais:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Edital de Convocação 01/2013 – CGPLI**. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias** (volume 3). Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN+ – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e Suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Rafael Ginane; MEUCCI, Simone. Sociologia e Educação Básica: hipóteses sobre a dinâmica da produção de currículo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 1, p. 87-101, 2014.

BODART, Cristiano das Neves; LOPES, Gleison Maia. A Ciência Política nas Propostas Curriculares Estaduais de Sociologia para o Ensino Médio. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 131-152, jan/jun 2017.

CARMO, E. F.; NASCIMENTO, S. C. G. O Índio e o Negro nos Livros Didáticos de Sociologia Adotados no PNLD. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, dez. 2015.

CASSIANO, Cristina de Figueiredo. **O Mercado do Livro Didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 242f. 2007.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **Os Sentidos de Cidadania nos Manuais do Professor dos Livros de Sociologia para o Ensino Médio**. Trabalho de Conclusão de Licenciatura (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência da Ciência Política no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>. Acesso em: 21 out. 2018.



GAEDTKE, K. M. O conceito de classe: os livros didáticos de Sociologia e a proposta de E. P. Thompson. **Em Tese**, v. 12, n. 2, ago/dez. 2015.

KREINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A Gênese da Ciência Política Brasileira. **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 79-98, 2010.

LESSA, Renato. O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista, em MARTINS, Carlos Benedito. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: ciência política**, São Paulo, ANPOCS, p. 13-49, 2010.

MAGALHÃES, Alexander Soares. Para Além dos Conceitos: pensando práticas e métodos de ensino de Ciência Política no Ensino Médio. **VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Gramado, Rio Grande do Sul, 2012.

MEUCCI, Simone. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66, 2007.

NASCIMENTO, Lidiane Rocha. Análise da Categoria Trabalho em Livros Didáticos de Sociologia. **Anais do 3º Encontro Estadual de Ensino de Sociologia**, Rio de Janeiro, 2012.

NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. A Produção Da Ciência Política Brasileira: uma análise dos artigos acadêmicos (1966-2013). **IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/producao-ciencia-politica-brasileira-analise-dos-artigos.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2017.

OLIVEIRA, Amurabi. A Antropologia no ensino médio: uma análise a partir dos livros didáticos. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 28, n. 2, p. 01-23, jul/dez 2013.

PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 219-232, 2000.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ciência Política no Ensino Médio: reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. **Revista Em Debate**, Florianópolis, v. 13, p. 75-95, 2015.

SANTOS, André Rocha. Os Conhecimentos de Ciência Política no Ensino Médio: considerações acerca dos documentos oficiais. **Revista Café com Sociologia**, v. 5, n. 3, p. 43-55, ago/dez 2016.

SANTOS, Mário Bispo dos. Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de Sociologia: em busca de um mapa comum. **Percursos**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.40-59, jan/jun 2012.

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção educação contemporânea), 2003.

SCHNEKENBERG, Guilherme F. **(Ciência) Política como Saber Escolar: uma análise a partir dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, Samira do Prado. As Relações de Gênero nos Livros Didáticos de Sociologia: uma investigação sobre um livro didático público e um comercial. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, 2017.

VALMORE, Fabiane Helene. **A Ciência Política no Brasil: Tema, Teoria e Método na percepção dos editores de sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

NOTAS

A PRESENÇA DA (CIÊNCIA) POLÍTICA E SEUS CONCEITOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO PNLD 2015

Guilherme Fernando Schnekenberg

Licenciado em Ciências Sociais

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Sociologia, Curitiba, Brasil

gfschnek@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3381-8530>

Maria Aparecida Bridi

Doutorado em Sociologia

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Sociologia, Curitiba, Brasil

macbridi@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8004-1360>

Endereço de correspondência do principal autor

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 28 de outubro de 2018

Aprovado em: 08 de abril de 2019

